

Ano 12, Vol XXII, Número 1, Jan-Jun, 2019, p 116-136.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, NO PERÍODO DE 2012 A 2017: AVANÇOS E DESAFIOS

Maria Aparecida dos Santos Pereira
Maria de Fátima Matos de Souza
Renato Pinheiro da Costa
Regina Celi Alvarenga de Moura Castro

RESUMO: Nesse artigo são apresentados resultados da pesquisa sobre a promoção da política de educação de tempo integral desenvolvida no estado do Pará e seus desdobramentos na oferta desse modelo educacional nos municípios paraenses. Está fundamentada no método de pesquisa bibliográfica dando ênfase às fontes documentais, com o recorte temporal referente ao período compreendido entre os anos de 2012 a 2017, a fim de responder ao seguinte problema: os investimentos em educação de tempo integral no Estado do Pará têm correspondido ao atendimento da Meta do Plano Nacional de Educação 2014 a 2024? Diante dos resultados e das discussões suscitadas chegamos ao entendimento que as incursões da administração pública não têm promovido políticas públicas que visem a implantação da educação de tempo integral no estado, o que indica que até o fim do prazo estabelecido, 2024, o estado do Pará não atingirá a Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

Palavras-Chave: Tempo Integral. Mais Educação. Políticas Públicas.

ABSTRACT: In this article we present results of the research on the promotion of the policy of full time education developed in the state of Pará and its unfolding in the offer of this educational model in the municipalities of Pará. It is based on the method of bibliographical research emphasizing the documentary sources, with the temporal cut of the period from 2012 to 2017, in order to answer the following problem: investments in full-time education in the State of Pará have corresponded to meet the goal of the National Education Plan 2014 to 2024? In the light of the results and the discussions, we arrive at the understanding that the incursions of the public administration have not promoted public policies aimed at implementing full-time education in the state, which indicates that by the end of the established term, 2024, the state of Pará will not meet Goal 6 of the National Education Plan.

Key words: Integral Time. More Education. Public policy.

1 Introdução

A educação de tempo integral é um modelo de escola que há muito vem sendo discutida. No período do movimento da Escola Nova, na década de 1930, Anísio Teixeira já apresentava uma proposta educacional, condizente com a proposta da educação integral, que possibilitava a oferta de ensino que pudesse atender o educando em suas necessidades educativas.

Esse modelo de escola que amplia o tempo de permanência e o contato do educando com o processo educacional acaba sendo confundido com educação integral, que vem a ser um outro padrão conceitual que indica maior investimento do sistema de ensino na promoção de um currículo que vise a formação global do educando e que aliada a escola de tempo integral potencializará a qualidade da educação básica nacional.

Na atualidade as propostas de educação integral e de tempo integral ganharam maiores contornos, de modo que suas compreensões foram alargadas e seu desenvolvimento deixou de ser percebidos apenas como uma proposta pedagógica ou metodológica, e passaram a ser compreendidas na dimensão da gestão, econômica, política, formativa e em tantos outros campos de discussão, devido ao grau de investimento necessário para integrá-la ao sistema de ensino nacional.

Desse modo, é importante analisarmos como está a efetivação dessa política educacional, por isso, optamos por desenvolver uma discussão localizada no estado do Pará, por ser uma unidade federativa na qual temos maior acesso às informações por residirmos e desenvolvermos nossas funções profissionais nesse estado. Para tanto, foi eleito o município de Santarém como *locus* de investigação, por ter sido nele que a escola de tempo integral foi implantada com um diferencial dos demais municípios paraenses e que sobre tal implantação discutiremos nesse artigo.

Para estudar a política de educação integral do século XXI no município de Santarém, é importante compreender que ela está ligada ao contexto educacional das décadas de 1920 e 1930, tendo em vista que foi a partir desse período que o debate sobre educação integral passou a figurar mais fortemente no cenário educacional brasileiro.

Definimos como o objetivo da investigação, refletir sobre a promoção da política de educação de tempo integral desenvolvida no estado do Pará e seus desdobramentos na oferta desse modelo educacional nos municípios paraenses. Desse modo, buscamos responder ao seguinte questionamento: os investimentos em educação de tempo integral no estado do Pará têm correspondido ao atendimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014 a 2024?

O estudo foi pautado na pesquisa bibliográfica, por ser uma metodologia que auxilia o pesquisador a recorrer a fontes de autores que estão concentrados na temática

em evidência, e possibilita relacionar as abordagens teóricas e outras fontes como as documentais que também subsidiaram esse trabalho.

Devido a importância que a temática da escola de tempo integral vem ganhando no âmbito da academia e da pesquisa científica, esperamos que ao tratarmos do assunto, fomentemos a discussão sobre outras possibilidades de desenvolvimento da educação para além do modelo convencional proposto pelo Estado.

2 Contextualização da política de Educação Integral em Tempo Integral no Estado do Pará

O estado do Pará está localizado na região Norte do Brasil, ocupando um espaço territorial de 1.247.954,32 km² e está situado na região Amazônica, com a população de 7.581.051 habitantes (PARÁ, 2015). Nesse estado há a presença significativa de comunidades tradicionais como indígenas, caboclos, camponeses, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, que muito contribuem com para o desenvolvendo e a preservação da cultura local.

O estado possui muitas riquezas naturais e sua economia é baseada no extrativismo (vegetal e mineral), em contrapartida, apresenta um cenário de exclusão social elevado, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,646; considerado médio (BRASIL, 2010). No tocante ao IDHM, 90,2% dos municípios do estado estão na categoria Baixo e Médio e no que se refere à educação, 67,0% dos municípios, estão nessas mesmas categorias.

Essas discrepâncias econômicas e educacionais efetivadas no estado do Pará podem estar relacionadas à forma como a Amazônia foi sendo ocupada ao longo dos anos, de maneira desordenada, sem políticas públicas preocupadas com o bem estar das pessoas que aqui viviam e as que para cá vinham em busca de trabalho, terra e condições dignas de vida.

Segundo o Plano Estadual de Educação (PEE), instituído por meio da Lei n. 8186 de 23 de junho de 2015, para vigência no decênio 2015-2025, o Pará herdou as consequências do projeto colonizador, da Amazônia que primeiro ocorreu ao longo do rio Amazonas e seus afluentes e no rio Tocantins. A partir dos séculos XIX e XX migrou para os eixos ferroviários e rodoviários, resultando na formação de municípios e núcleos urbanos (PARÁ, 2015). Atualmente o estado é composto por 144 municípios, dentre eles se destaca o município de Santarém, *locus* dessa pesquisa.

A educação do estado é considerada precária, ocupando a posição vigésima sexta melhor do país, comparada à dos demais estados brasileiros, ganhando apenas do estado de Alagoas, em âmbito nacional (BRASIL, 2010).

No que concerne ao analfabetismo, segundo dados do IBGE de 2010, o Pará ocupa a 16ª menor taxa, com 11,23% de sua população considerada analfabeta. Esses dados revelam que nesse quesito o Pará vem diminuindo sua taxa de analfabetismo, se compararmos com os dados de 2001 em que o estado ocupava a 18ª colocação, com 28,5% de sua população tida como analfabeta. Apesar de vir melhorando, ainda podemos considerar 11,23% um índice elevado de analfabetismo no estado.

Os dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE revelam que o estado possui a quarta maior porcentagem, entre os estados brasileiros, de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não frequentam unidades escolares. Entre a população na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, o índice era ainda maior: 18,5% não frequentavam unidades de ensino, de acordo com o censo de 2010. Esses dados demonstram ineficácia na política de acesso e permanência das crianças e jovens na escola desenvolvida no estado do Pará.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no estado do Pará se revela preocupante, se considerarmos os anos finais do ensino fundamental. Apenas no ano de 2009 o estado atingiu a meta estipulada, enquanto que nos anos de 2011, 2013 e 2015, a meta atingida ficou abaixo do projetado, apesar de ser verificadas diversas políticas educacionais desenvolvidas pelo governo federal sendo implementada nas escolas públicas estaduais e municipais, como por exemplo o Programa de Aceleração da Aprendizagem, Plano de Ações Articuladas de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Programa Mais Educação (PME), entre outros. Todos esses Programas visam melhorar os indicadores educacionais da educação básica nas escolas públicas.

O Programa Mais Educação (PME), criado em 2007 e regulamentado em 2010, é a principal ação indutora para a agenda da Educação Integral do país. O PME chega às escolas com o objetivo de formular uma política nacional de educação básica em tempo integral. No estado do Pará, esse Programa se tornou a principal aposta do governo estadual e dos governos municipais no fomento do tempo integral nas unidades escolares.

Apesar de o tempo integral ser uma exigência nas políticas educacionais desde o início do século XXI, como forma de atender ao Plano Nacional de Educação (2001 – 2010), o que se observa no estado do Pará é que essa preocupação de desenvolver política de tempo integral só surge após a primeira década desse século.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) iniciou o processo de oferta de educação integral em tempo integral, em 2009, mediante a adesão ao programa federal Mais Educação. Informações do MEC/ INEP de 2014, revelam que os anos iniciais do ensino fundamental, na rede pública do estado do Pará, tiveram os seguintes dados de matrículas em tempo integral nos anos iniciais do ensino fundamental: em 2011 com 4,5%; 2012 com 6%; 2013 com 13,5%. Nos anos finais do ensino fundamental esse atendimento é maior: 2011 com 8,5%; 2012 com 11,4%; 2013 com 23,4% (BRASIL, 2014). Com base nesses dados, podemos verificar que o estado do Pará foi aumentando gradativamente o número de matrículas na escola pública em tempo integral. O aumento considerável no ano de 2013, se deve ao fato de o governo estadual ter desencadeado sua política estadual de tempo integral no ano de 2012, através do Projeto da Escola de Tempo Integral (PARÁ, 2015)

O desencadeamento dessa política de tempo integral no estado do Pará só foi possível após a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) para vigência entre os anos de 2011-2020. Esse foi o primeiro PEE que tratou dessa questão. Por ser o primeiro, ele apresenta fragilidades, como por exemplo, quando estabelece em sua Meta 6 que o estado do Pará deve “oferecer tempo integral em, no mínimo 30% (trinta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 15% (quinze por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (PARÁ, 2015, p. 4). Se compararmos esse mínimo estabelecido na Meta 6 do PEE com o mínimo estabelecido na Meta 6 do PNE (2014 - 2024), que é de 50%, há um indicativo que o percentual mínimo a ser atingido pelo estado é muito inferior para o atendimento das escolas públicas em tempo integral.

Para a implantação do projeto piloto de ampliação de jornada escolar a SEDUC iniciou em 2011, um diagnóstico junto à rede pública de ensino do estado, como forma de atender a meta estabelecida no PEE.

Segundo esse PEE, o diagnóstico da Educação Básica no estado do Pará foi elaborado conforme as temáticas das 20 Metas do PNE (2014-2024) e se justificam pela necessidade de apresentar a realidade da situação educacional que servirá de base à

elaboração das políticas educacionais do estado, no que tange às responsabilidades dos entes com a educação paraense. Para tanto, são abordadas as seguintes questões: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação profissional; diversidade; inclusão; formação e valorização dos profissionais da educação; educação superior; gestão democrática e financiamento, sendo que as respectivas temáticas foram incluídas nas estratégias de cada uma das vinte metas sinalizadas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024) e adotadas com vistas à estruturação do Plano Estadual de Educação de 2015, do Pará.

Após esse diagnóstico, a SEDUC estabeleceu critérios para a implantação da escola de tempo integral nas escolas estaduais:

- 1-Unidade de ensino com baixo IDEB;
- 2-Escolas localizadas em área de vulnerabilidade social;
- 3-Escolas com infraestrutura para o desenvolvimento de atividades curriculares complementares;
- 4-Compromisso da gestão e da comunidade escolar com o projeto (PARÁ, 2014, p.18).

No Pará estavam previstos três modelos de escolas para a oferta da educação integral: escola integral e em tempo integral, escola de tempo integral e escola de tempo integral com parceria institucional:

Escola integral e tempo integral: desenvolvimento das atividades curriculares integradas dentro de seus próprios espaços pedagógicos, por meio do planejamento educacional anual articulado aos diversos projetos desenvolvidos na escola; lotação de professores com 200 horas; acompanhamento pedagógico por meio de especialistas lotados com 200 horas, a permanência do aluno na unidade escolar num intervalo de 8 a 9 horas.

Escola de tempo integral: desenvolveria as atividades curriculares no interior dos espaços educacionais da unidade escolar, com a integração dos projetos e programas educacionais ao currículo, com o retorno do aluno a unidade do espaço escolar para a complementação das atividades educacionais globais previstas no currículo, com no mínimo de 7 horas de atividades pedagógicas.

Escola de tempo integral com parceria institucional: desenvolveria as atividades curriculares no interior dos espaços educacionais da unidade escolar, com o retorno posterior do estudante aos espaços escolares ou institucionais (igrejas, instituições governamentais e/ou não governamentais), com o

mínimo de 7 horas de atividades pedagógicas (PARÁ, 2014 p.18-19).

A experiência da SEDUC na oferta da educação integral em tempo integral na rede pública iniciou com 10 escolas de ensino fundamental e médio, localizada na área metropolitana da cidade de Belém, nos municípios de Ananindeua e Marituba atendendo um contingente aproximado de dois mil alunos. Conforme a Resolução 002/2012, artigo nº 03, são critérios para a escolha das escolas.

- 1 - espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aula para funcionamento em período integral e;
- 2 - intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao Projeto, ouvido o Conselho de Escola (PARÁ, 2012).

O Plano de Educação Integral da Educação Básica do Pará assinala quatro princípios norteadores da educação integral: direito de aprender, humanização dos espaços pedagógicos, interdisciplinaridade e intersetorialidade. A finalidade é estabelecer diretrizes e metas para a implantação da educação integral, mediante a oferta desses princípios norteadores.

Dessa forma, podemos afirmar que a política de educação integral do estado do Pará pauta-se por meio do princípio educacional democrático e inclusivo, reconhecendo a importância de agregar todos os sujeitos em suas diferentes concepções e visões existenciais, com a finalidade de promover a valorização e o respeito às diferenças e à pluralidade cultural, visando fortalecer o exercício do princípio democrático e a afirmação da diversidade como componente da sociedade.

O segundo princípio, a humanização dos espaços educativos orienta para o desenvolvimento integral em um contexto espacial que possibilite a interação dos diferentes sujeitos, visando a convivência social com segurança, higiene, conforto, acessibilidade, etc. contribuindo para que as condições ambientais dos espaços escolares interfiram de forma direta no aprendizado de atitudes, comportamentos, condutas, com a finalidade de promover a qualidade de vida.

A ação pedagógica voltada para educação integral respalda-se no conhecimento interdisciplinar, entendendo que tais conhecimentos e saberes são resultados de pesquisas científicas que emanam da experiência de vida. Ou seja, “[...] defende a ruptura da lógica de apreensão do objeto de maneira fragmentada,

desvinculada da vida, da história, do cotidiano vivenciado pelos sujeitos que compartilham tal contexto” (PARÁ, 2014, p. 11).

A essência conceitual da intersetorialidade defende a ruptura da lógica de centralização da gestão da política social em instância única e propõe a gestão articulada das políticas sociais entre diferentes instâncias (governamentais e não governamentais). Portanto, com o intuito de realizar a implantação da educação integral com base nesses princípios, o plano de educação integral do Pará traz as seguintes metas:

- Ampliar, a partir de 2016, a oferta da Educação Integral em 6,25% das escolas de Ensino Fundamental I e II, com base nas metas previstas no Plano Nacional de Educação de atendimento de 50% da rede estadual de Ensino Fundamental até 2022;
- Iniciar em 2014 ações de mobilização pela Educação Integral em 30 municípios do Estado do Pará, objetivando incentivar a elaboração de Políticas de Educação Integral nos municípios articulada ao processo de municipalização do Ensino Fundamental I e II, ampliando anualmente as ações de mobilização para 40 municípios, a fim de que até 2017 todos os 144 municípios do estado tenham sido contemplados com esta ação;
- Construir até 2015, um sistema de aprimoramento e qualificação da Educação Integral da rede estadual assegurando a oferta de formação continuada, acompanhamento e avaliação de 50 escolas de Ensino Fundamental anualmente e as demais já em funcionamento;
- Construir até 2015, um sistema de aprimoramento e qualificação da Educação Integral da rede estadual assegurando a oferta de formação continuada, acompanhamento e avaliação de 69 escolas de Educação Básica;
- Realizar, até 2015, mapeamento das ações articuladas com as demais secretarias componentes da estrutura administrativa do Estado; Secretarias Municipais de Ação Social e ONGs visando identificar potencialidades de fortalecimento de ações intersetorializadas, e firmar novas parcerias destinadas à promoção da Educação Integral;
- Implementar, até 2018, uma proposta pedagógica preliminar de educação integral dentro do sistema de atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade na Fasepa;
- Garantir a melhoria da infraestrutura de 6,25% das escolas de educação integral a cada ano, para que sejam adequados à oferta de atividades e oficinas pedagógicas relacionadas à ampliação da jornada nas unidades educacionais até 2022;
- Assegurar a melhoria do desempenho escolar dos alunos matriculados na educação integral no ensino fundamental até 2017, considerando os seguintes indicadores: 100% dos alunos dos anos iniciais alfabetizados até 8 anos;
- Redução em 10% das taxas de evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental; Aumento em 10% das taxas de aprovação escolar nas escolas com educação integral;
- Atendimento escolar para 100% dos adolescentes entre 15 a 17 anos; Elevar, em até dez anos, a taxa líquida de matrículas dessa faixa etária

no ensino médio para 85%; Redução em 10% das taxas de evasão escolar do ensino Médio.

- Criação, em 2014, de um grupo de trabalho (GT) responsável pelo acompanhamento das ações relacionadas à educação integral, composto por, no mínimo, três representantes das secretarias adjuntas, (SALE, SAGE, SAEN) e representantes da SAEN;

- Realizar a partir de 2015 eventos formativos sobre a temática da educação integral para os articuladores de projetos, técnicos de USEs/UREs, técnicos em educação das unidades de ensino, Coordenadores dos programas federais para nivelamento e apropriação do processo de educação integral.

- Realizar a partir de 2015 eventos formativos sobre a temática da educação integral para 170 articuladores de projetos, técnicos de USEs/UREs, técnicos das unidades de ensino e profissionais da educação básica nas unidades escolares inseridas anualmente no processo de expansão da educação integral;

- Realizar até 2015, estudo relativo ao impacto do custo-aluno para atendimento de educação integral em 50% das escolas da rede pública estadual, complementado pela projeção dos investimentos anuais em aporte financeiro destinado a promover a sustentabilidade do Plano Estadual de Educação Integral (PARÁ, 2014, p. 27-29).

Além dessas metas que foram traçadas para se cumprir o que previa a Meta 06 do Plano Estadual de Educação também foram estabelecidas seis estratégias no Plano de Educação Integral da Educação Básica do Pará, são elas: Gestão do Aprimoramento e Qualificação da Educação Integral; Sistema de Formação Continuada, Acompanhamento e Avaliação; Currículo da Educação Integral; Coordenador da Educação Integral e Comunicação (PARÁ, 2014).

De acordo com o Plano de Educação Integral a Educação Básica do Pará a gestão pedagógica e técnico administrativa do Plano será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação em parceria com o Comitê Gestor do Pacto pela Educação do Pará. A Formação Continuada, o Acompanhamento e a Avaliação são ações articuladas e interdependentes que formam um sistema, o qual será detalhado por grupo de trabalho da SEDUC com base nos desenhos de educação integral adotados no cenário educacional paraense.

No Plano é esclarecido que as escolas ingressam no Processo de Aprimoramento e Qualificação da Educação Integral quando passam a compor o Sistema de Formação Continuada, Acompanhamento e Avaliação e incluem a Cartografia em seus Projetos Políticos-Pedagógicos, articulando o currículo escolar com as oficinas socioculturais.

Esse processo de aprimoramento contemplará gradativamente, a partir de 2014, os três desenhos de educação integral no decorrer de cinco anos (PARÁ, 2014).

Em 2012, a articulação de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil, da iniciativa privada e de organismos internacionais resultou na criação do Pacto pela Educação¹ do estado do Pará, com o objetivo de melhorar a educação básica (PARÁ, 2014). A principal meta era de, no prazo de cinco anos, melhorar o IDEB² em 30% nos níveis do ensino fundamental e médio e resolver problemas educacionais históricos do estado. Elencaram como desafios a serem superados: alunos do ensino fundamental com desempenho melhorado; alunos do ensino médio com desempenho melhorado; habilidades e competências dos profissionais de educação fortalecidas; rede física das escolas públicas adequadas e com recursos didático-pedagógicos disponíveis e coerentes com o Projeto Político Pedagógico; gestão da Secretária de Educação (e das escolas aprimoradas; comunidade escolar, governos e sociedade envolvidos e contribuindo para a melhoria dos resultados educacionais; tecnologia da informação utilizada para a melhoria da prática docente e da gestão escolar e para a mobilização da comunidade escolar e da sociedade.

Ainda no estado, foi instaurada a Resolução 002/2012 com o objetivo de desenvolver a educação integral em tempo integral, conforme disposto no artigo nº 02:

- I - Promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima e o sentimento de pertencimento;
- II - Intensificar as oportunidades de socialização na escola;
- III - proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- IV - Incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional implementando a construção da cidadania;
- V - Adequar às atividades educacionais à realidade de cada município, desenvolvendo o espírito inovador, criativo e crítico aos educandos (PARÁ, 2012).

¹ O Pacto pela Educação do Pará é um esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil (fundações, ONGs e demais organizações sociais), da iniciativa privada e de organismos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), de caráter suprapartidário, intersetorial, federativo e participativo, e liderado pelo governo do Estado do Pará, em torno do objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação pública no Estado do Pará.

² O IDEB transformou-se no indicador oficial da qualidade da Educação Básica oferecida em todas as dependências administrativas e, em razão disso, é adotado como indicador da meta da qualidade do ensino oferecido no Brasil (PARÁ, 2015, p. 69).

Diante do amparo legal das legislações nacionais e estaduais, a educação integral em tempo integral no Pará apresentou uma evolução nas matrículas da educação básica da rede pública em todas as etapas de ensino a partir do ano 2012, segundo dados extraídos do Observatório do PNE (Tabela 1).

Tabela 1 - Porcentagem de escolas públicas com matrículas em tempo integral no estado do Pará

Nível	Rede	Ano			
		2011	2012	2013	2014
Educação infantil	Pública	2,7%	2,4%	3,1%	3,2
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Pública	4,5%	6,0%	13,8%	23,%
Ensino Fundamental (anos finais)	Pública	8,5%	11,4%	23,4%	35,3%
Ensino Médio	Pública	6,6%	7,8%	4,6%	8,0%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados MEC/INEP, 2018.

No ano de 2014 acontece uma elevação na quantidade de escolas públicas que se reconhecem como instituições em tempo integral principalmente nos anos finais do ensino fundamental. Essas matrículas nas escolas em tempo integral podem ter acontecido em virtude de ações decorrentes de programas indutores que se concentram nesse nível de ensino. Essas articulações foram realizadas e são representadas pelo Programa Mais Educação, que possui recursos para o atendimento dos alunos em tempo integral.

Por outro lado, o número de matrículas de acordo com a modalidade de ensino se concentra em maior quantidade na educação infantil (Tabela 2):

Tabela-2-Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral no estado do Pará

Nível	Rede	Ano					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Educação Infantil (creche)	Pública	21,6%	19,3%	21,1%	20,1%	22,2%	22%
Educação Infantil (pré-escola)	Pública	4,4%	4,2%	4,8%	4,7%	6,0%	6,2%
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Pública	3,7%	5,6%	10,8%	19,2%	23,8%	5,9%
Ensino Fundamental	Pública	3,9%	5,0%	8,5%	15,1%	18,3%	4,5%

(anos finais)							
Ensino Médio	Pública	0,5%	0,6%	0,4%	0,6%	0,6%	0,6%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados MEC/INEP, 2018.

No âmbito estadual, de acordo com a consulta realizada no portal da SEDUC em 2018, existem 27 escolas que funcionam em tempo integral no estado do Pará, localizadas nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal e Marabá (Tabela 3):

Tabela-3 Número de escolas e matrículas em tempo integral na rede estadual de ensino do estado do Pará.

Município	Nº de escolas					Nº de matrículas				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Ananindeua	02	01	01	01	03	267	122	127	122	347
Belém	08	08	10	11	18	1.664	1.570	1.941	2.292	3.618
Benevides	0	0	01	01	01	0	0	81	91	62
Castanhal	01	01	01	01	01	45	45	59	57	46
Marabá	0	0	0	0	04	0	0	0	0	758
Total	11	10	13	14	27	1.976	1.737	2.208	2.562	4.831

Fonte: SEDUC/PARÁ, 2018³.

No período compreendido entre os anos de 2013 a 2017 ocorreu um acréscimo no número de matrículas, passando de 1.976 para 4.831, o que se deve a adesão de novos municípios ao projeto. O maior número de escolas em tempo integral concentra-se em Belém, compreendendo 18 escolas em 2017, sendo que em 2013 havia apenas oito escolas em tempo integral. Ananindeua no ano de 2013 tinha duas instituições e 2017 três. Os municípios de Benevides e Castanhal mantiveram-se com apenas uma escola com atendimento em tempo integral nesse município. O município de Marabá somente em 2017 é incluído entre as escolas com tempo integral, tendo iniciado a experiência com quatro escolas.

A tabela 3 também é reveladora, quando demonstra que as escolas estaduais de Santarém, apesar de ser a segunda maior cidade do estado do Pará, até o ano de 2017

³ Informações disponíveis em:

http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_escola/frmConsultaTempoIntegral.php. Acesso em: maio. 2018.

não participaram da política de educação de tempo integral desenvolvida pela SEDUC, apesar do diagnóstico realizado indicar que as escolas desse município corresponderam aos critérios estabelecidos. Dessa forma, a política de educação integral em tempo integral no município de Santarém se desenvolveu a partir do Programa Mais Educação, do governo federal, e da política experimental de educação integral desenvolvida pela secretaria Municipal de educação, assunto esse a ser tratado na seção seguinte.

3 A política de Tempo Integral no município de Santarém

Santarém está localizada na região Norte do Brasil e pertence ao estado do Pará. Está na margem direita do rio Tapajós, estrategicamente em sua confluência com o rio Amazonas. A cidade foi fundada pelo padre João Felipe Bettendorff, em 22 de junho de 1661. Possui uma área de 22.886,624 km², sendo que 77 km² estão em perímetro urbano (IBGE/2013).

Santarém limita-se ao norte com os municípios de Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Curuá, a leste com os municípios de Prainha e Uruará, ao Sul com os municípios de Rurópolis, Aveiro, Placas e Belterra e a Oeste com o município de Juruti. No aspecto populacional, o município de Santarém tem atualmente 288.462 habitantes, residentes nas zonas rural e urbana da cidade.

Santarém tem várias instituições educacionais públicas, sendo: 35 escolas estaduais, destas, 34 estão na área urbana e apenas uma no campo. Há 397 escolas de jurisdição municipal, sendo 320 localizadas no espaço campestre – 231 escolas na região de rios e 90 na região de planalto, e 76 fixadas no limite urbano. Das instituições urbanas e das localizadas no planalto, 21 são Unidades de Educação Infantil, localizando-se 19 em centro urbano e dois no planalto.

O município também conta com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e 48 escolas particulares; escolas de ensino profissionalizante como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Instituto Federal do Pará (IFPA) e faculdades particulares tais como: Faculdade Integradas do Tapajós (FIT), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), Universidade Paulista (UNIP), Universidade de Uberaba (UNIUB), e Centro Universitário Internacional (UNINTER). O município possui 477 comunidades rurais,

das quais 270 localizam-se nas regiões de rios e várzeas, e 207 estão na zona do planalto (BRASIL, 2014, p. 24).

Segundo dados da Secretária Municipal de Educação (SEMED), o município de Santarém desde o ano de 2009 oferta o atendimento com o Programa Mais Educação em 58 escolas na zona urbana e em 156 localizadas no campo. A região do Campo em Santarém divide-se em: planalto, rios e várzea (SANTARÉM, 2017).

Santarém apresenta no seu Plano Municipal de Educação aprovado pela Lei nº 19.829 de 14 de junho de 2015 metas e estratégias que inserem a educação em tempo integral como forma de atender o que vem se estabelecendo em políticas educacionais para a população (SANTARÉM, 2015). Esse município paraense construiu no ano de 2011 a escola de tempo integral Frei Fabiano Merz e no ano de 2012 a Escola do Campo Irmã Dorothy Mae Stang.

As políticas públicas educacionais do município de Santarém que se inserem no debate de educação integral em tempo integral têm seguido o ritmo das políticas educacionais em nível nacional. Com base no PNE (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que estabelece na Meta 6 as estratégias para a oferta da educação em tempo integral. esse direito foi regulamentado em nível estadual pelo Plano Estadual de Educação, e em nível municipal pelo Plano Municipal de Educação.

A responsabilidade pela coordenação da política estadual de educação do município de Santarém cabe à Secretaria de Educação, à 5ª Unidade Regional de Educação (URE) e no âmbito municipal à Secretária Municipal de Educação e Desporto. Esta última se organiza através de assessorias e coordenações, dentre as quais duas assessorias atendem as especificidades do município que são de Rios e Planaltos⁴. As modalidades de ensino ofertadas nas escolas municipais de Santarém são: educação infantil, ensino fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo o Plano Municipal de Educação, a educação infantil contribui para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida gratuitamente em creches ou instituições equivalentes para crianças de até três anos de idade e, posteriormente, em pré-escolas

⁴ Rio e o Planalto são compreendidos como territórios educativos que trazem especificidades próprias e que passam a ser considerados ao se construir uma política pública de educação (RAMALHO; OLIVEIRA ; LEITE , 2014, p.24), .

para crianças de quatro a cinco anos (SANTARÉM, 2015). No ensino fundamental I e II o objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio no ambiente escolar.

No município de Santarém a população residente na faixa etária de seis a oito anos é de 19.040. Desse total, 93,2% (17.746) está matriculada nas escolas de todas as redes de ensino do município. Na educação infantil temos 20,4% (3.616) e no ensino fundamental I, nível de ensino recomendado para alfabetização das crianças, temos 79,6% (14.130), é importante ressaltar como fator positivo que desse total de alunos do ensino fundamental I, o percentual de alfabetizados é de 90,2% (PME, 2015).

Para garantir que todos os alunos fossem alfabetizados na idade de seis a oito anos a SEMED traçou metas e estratégias para que se fizesse cumprir a Lei 11.274, sendo amparado pela Resolução Nº 001 de 13 de novembro de 2008, que estabeleceu as normas e orientações para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos na rede Municipal de Ensino de Santarém.

A partir do desenvolvimento de programas e projetos federais desenvolvidos no município visando à melhoria da qualidade da educação básica, segundo os dados do IDEB do município de Santarém o Ensino Fundamental, nas séries iniciais, tem conseguido atingir as metas projetadas, (tabela 4):

TABELA 4: Resultados e metas do IDEB do Município de Santarém – Anos iniciais/2014

IDEB OBSERVADO						METAS PROJETADAS							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Santarém	3,5	3,9	4,2	4,6	4,9	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8

Fonte: Plano municipal de Santarém, 2015.

Porém, os anos finais do ensino fundamental, não tem logrado o mesmo êxito, apresentando rendimento inferior aos anos iniciais (Tabela 5).

Tabela-5 Resultados e Metas do IDEB do Município de Santarém - Séries finais/2014

IDEB OBSERVADO	METAS PROJETADAS
----------------	------------------

Município	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Santarém	3,7	3,9	3,9	4,0	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7

Fonte: Plano Municipal de Santarém, 2015.

Constata-se que as séries iniciais (1º ao 5º ano) têm mantido um nível próximo às metas projetadas, no entanto, as séries finais (6º ao 9º ano) se mantêm com nível inferior às metas previstas, o que é preocupante tendo em vista que segundo o PME de 2015:

O IDEB foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas (SANTARÉM, 2015, p. 8).

Podemos inferir que apesar do IDEB possibilitar às administrações dos municípios perceberem suas fragilidades na oferta da educação básica e traçar metas para superá-las isso não tem acontecido no município de Santarém, principalmente em relação aos anos finais do ensino fundamental.

Por apresentar o baixo IDEB e ter como objetivo elevar a qualidade do ensino fundamental, o município de Santarém aderiu em 2009 o Programa Mais Educação. Ele foi implantado inicialmente apenas nas escolas periféricas da zona urbana de Santarém, somente no ano de 2012 foi estendido para contemplar as escolas do campo, que segundo a portaria interministerial nº 17 (BRASIL, 2007) ele tinha por:

[...] objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, **por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal** e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos [grifo nosso] (BRASIL, 2007).

A partir da implantação do Programa Mais Educação, o município apresentou crescimento considerável na ampliação do tempo escolar. A partir de 2013, com a

entrada das escolas do campo no Programa, houve o crescimento significativo de matrícula nas escolas públicas em escola de Tempo Integral (Tabela 6).

Tabela 6 - Porcentagem de matrículas em Instituições de Tempo Integral na Educação Básica em Santarém.

Ano	Pública		Privada	
2011	8,5%	8.129	2,3%	234
2012	7,4%	7.008	1,4%	141
2013	18%	15.674	2,8%	318
2014	21,6%	19.114	2,5%	316
2015	23%	20.216	2,1%	253
2016	2,6%	2.252	1,8%	236

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

No ano de 2015 a educação básica em Santarém registrou um acréscimo nas matrículas na rede pública, porém, verificamos uma redução nas matrículas entre os anos 2015 e principalmente no ano de 2016, o que se deve ao fato do governo federal apresentar mudança na concepção do Programa e na forma de financiamento, levando o município de Santarém a diminuir a oferta do tempo integral em suas escolas municipais.

Os dados de 2016 reafirmam que o Programa Mais Educação, assim como acontece no estado do Pará, também é a principal aposta do governo municipal na oferta de escola de tempo integral, porque no momento em que o Programa Mais Educação entra em declínio os dados da matrícula em tempo integral também diminuem.

Além do Programa Mais Educação outras atividades também eram desenvolvidas no município, nas escolas da área urbana e da região de rios e planaltos, com o objetivo de auxiliar, na formação integral (BRASIL, 2014, p. 26), dentre elas, os projetos: Agenda 21 e Escola da Floresta, com ênfase em meio ambiente; Arte na escola da Gente, com atividades relacionadas a artes; Casinha de Leitura, com ênfase na literatura e incentivo à leitura; Estrelinhas entre Linhas, incentivando o esporte e lazer:

O projeto Arte na Escola da Gente desenvolve suas atividades através de oficinas nas escolas da área urbana e de caravanas nas escolas das regiões de rios e de planalto. Em 2009, o projeto desenvolveu oficinas de canto-corais, violão, teclado, flauta doce, flauta transversal, dança regional e contemporânea, teatro, artes plásticas, cerâmica, artesanato, mosaico, percussão, chegando a 2.613 atendimentos dirigidos, principalmente a estudantes do Ensino Fundamental. A seleção das escolas é feita anualmente,

entre as que solicitam à SEMED a implantação do projeto (RAMALHO; OLIVEIRA; LEITE, 2014, p. 26).

O projeto Casinha de Leitura tem o objetivo de democratizar o acesso à leitura, promover o gosto pela leitura e pela escrita em alunos da Rede Pública Municipal de ensino.

A Casinha da Leitura é uma minibiblioteca móvel itinerante, com decoração específica e diversificada. Cada casinha é composta inicialmente por um kit de materiais específicos para as séries iniciais do Ensino Fundamental, contando com 100 livros de literatura infantil; 01 CD de música infantil; 01 CD de histórias infantil; 01 casal de fantoches; entre outros (RAMALHO; OLIVEIRA; LEITE, 2014, p. 28).

A Secretaria Municipal de Educação criou, em 2008, a Escola da Floresta, com o objetivo de proporcionar mudanças de práticas e valores quanto à preservação e à conservação do meio ambiente, através de um espaço de compartilhamentos de experiências e ações em educação ambiental⁵.

Com uma área de 33 hectares de florestas, a Escola da Floresta está localizada na comunidade do Caranazal, próximo a Alter do Chão. Houve uma parceria da prefeitura de Santarém e o do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), para a área se transformar em um laboratório vivo de educação ambiental, transformando a floresta em uma enorme sala de aula (RAMALHO; OLIVEIRA; LEITE, 2014, p. 29-30).

Nessa perspectiva de levar adiante uma política de educação integral no município de Santarém, a SEMED desenvolveu um projeto piloto com a construção de duas escolas de Tempo integral, uma na zona urbana e outra no campo, visando atender os alunos com a jornada de oito horas por dia.

A primeira escola a ser construída foi a escola da zona urbana, denominada Frei Fabiano Merz, Essa escola entrou em funcionamento no ano de 2011. A segunda escola piloto a entrar em funcionamento, no ano de 2012, foi a escola Irmã Dorothy Mae Stang, localizada no meio rural, na região Eixo Forte

Vale destacar que essas duas escolas iniciaram como escolas piloto, cuja experiência seria expandida tanto na zona urbana como no campo, porém, com a

⁵ Disponível em: <www.santarem.pa.gov.br>.

mudança de governo municipal em 2014, houve mudança nos rumos da política de tempo integral, permanecendo até os dias atuais apenas essas duas escolas de tempo integral no município de Santarém.

4 Considerações Finais

A educação de tempo integral é uma proposta que se assenta dentre as metas do Plano Nacional de Educação 2014 a 2024, e que ao ser implementada por meio de uma proposta de governo ultrapassa a esfera teórico conceitual como uma proposta educacional que visa dar mais oportunidade de acesso à educação escolar, com desenvolvimento de práticas e metodologias pedagógicas, e assume conotação política, uma vez que seu desenvolvimento fica atrelado às incursões da administração pública que promove manobras artificiais para dizer que realiza investimento em educação.

A educação de tempo integral no estado do Pará é uma proposta que está presente nos discursos políticos, mas que na realidade opera no limite da extinção, uma vez que o pouco investimento na composição de um currículo que seja de educação integral e na infraestrutura das instituições de ensino não tem permitido seu avanço. Por isso, há a necessidade de políticas públicas que valorizem e promovam a expansão desse modelo educacional.

É evidente que a política governamental tem muita força no que diz respeito à disponibilidade de recursos e grau de investimento no desenvolvimento da educação de tempo integral, e as propostas implantadas em municípios como Santarém deixam claras essas prerrogativas, uma vez que a institucionalização das escolas que seriam de tempo integral no Pará foi oriunda da ordem das instâncias superiores da gestão educacional estadual.

Os resultados da investigação nas fontes documentais demonstram que seguindo o ritmo atual, o estado do Pará não conseguirá atender à Meta 6 do PNE, uma vez que os investimentos diminuiriam causando a redução de matrículas e ampliação de escolas da rede que aderissem ao modelo de escola de tempo integral.

As evidências sobre o andamento da educação de tempo integral em Santarém demonstram que embora esta seja uma proposta que no âmbito da gestão pública não tenha conseguido progredir, a educação integral e de tempo integral se mostrou promissora, posto, os dados revelarem que à medida que aumentava o número de oferta

as matrículas também cresciam, indicando a aceitação da sociedade a esse modelo de escola que visa promover a educação global para os educandos.

5 Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.> Acesso em: 12 de maio de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação** . Lei nº 010172 , de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001

BRASIL. **Decreto 7.083, de 24 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Publicado no Diário Oficial da União em 27.01.2010

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei 13005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. MEC. **O Plano Municipal de Educação**: Caderno de orientações. Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Educação Integral/Educação Integrada e (em) Tempo Integral**: Concepções e práticas na educação brasileira- Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: estudo qualitativo- Brasília,2014.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Básica. **Programa Novo mais Educação**. 2016.

BRASIL. **Relatório do Índice de desenvolvimento da Educação – IDEB**. Dados do estado do Pará. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: out. 2017.

PARÁ, ESTRUTURA organizacional. **Estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Pará**. Disponível em: < <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=3846>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. **Plano de Educação Integral para o ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino do Pará**. Belém-Pará, 2014.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria Adjunta de Ensino Fundamental. **Documento Base do Plano Estadual de Educação**. Belém-Pará, 2015.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Consulta das Matrículas das Escolas de Santarém**. Belém-Pará, 2018. Disponível em:

<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php?codigo_ure=5&codigo_municipio=44997>. Acesso em: 10 maio. 2018.

PARÁ. Resolução nº 002/2012. **Projeto de Escola de Tempo Integral no Estado do Pará**, 2012.

RAMALHO, Bruna Moreira; OLIVEIRA, Fernanda Silva; LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Introdução: a educação no município de Santarém. In. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educação Integral/Educação Integrada e(m) tempo integral: concepções e prática na educação brasileira – mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: estudo qualitativo**. Brasília, 2014. 256 p.

SANTARÉM. **Plano Municipal de Educação** Santarém. Lei 19.829 de 14 de julho de 2015.

Recebido em 20/10/2018.

Aceito: 20/3/2019.

Sobre autores e contato:

Maria Aparecida dos Santos Pereira - Graduada em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).
E-mail: aparecida_ps@hotmail.com.

Maria de Fátima Matos de Souza - Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista; Docente da UFPA/Campus de Altamira; Líder do Grupo de Pesquisa em Política, Gestão e Avaliação da Educação Básica; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Renato Pinheiro da Costa- Doutor em Educação; Docente da UFPA/Campus de Altamira; Líder do Grupo de Pesquisa HISTEDBR/SECÇÃO ALTAMIRA-PA; Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Currículo-NEPEC.
E-mail: renatopc@ufpa.br

Regina Celi Alvarenga de Moura Castro - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa-MG. Docente da UFPA/Campus de Altamira.

E-mail:reginacastro@ufpa.br